

“ESSE LUGAR AQUI É A ILHA”: perspectivas das crianças sobre o pertencimento à uma escola do campo em contexto litorâneo

Gabrielle Lopes da Neves¹
Narjara Mendes Garcia²

Resumo: Este artigo tem por finalidade apresentar um recorte da dissertação de Mestrado desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental- PPGEA, da Universidade Federal do Rio Grande-FURG. Apresentamos a proposta investigativa com as crianças que vivem em uma ilha e estudam em uma escola do campo. Este estudo corresponde a necessidade de ampliar e qualificar o diálogo e reflexão sobre territórios invisibilizados pelas produções teóricas, tendo como foco a perspectiva das crianças no lugar. A pesquisa foi realizada em uma escola do campo na Ilha dos Marinheiros, no extremo sul do Rio Grande do Sul, e a permanência na escola teve embasamento teórico metodológico na Inserção Ecológica, com o registro em diário de Campo e gravação de áudio. Participaram da pesquisa quinze crianças da Educação Infantil e do Ensino Fundamental. Os resultados demonstram características singulares sobre as culturas infantis na ilha e que mobilizaram a visibilidade de infâncias em territórios litorâneos. Ao considerar o tempo-espaço na perspectiva das crianças, é possível identificar o lugar em que se situa a escola de ilha como um formador de subjetividades e experiências com a natureza na sua totalidade.

Palavras chave: Infância. Lugar. Ilha. Escola. Pertencimento.

“THAT PLACE HERE IS THE ISLAND”: children's perspectives on field school belonging to littoral context

Abstract: This article to present an excerpt from the Master's dissertation developed in Program Postgraduate studies in Environmental Education - PPGEA, at the Federal University of Rio Grande - FURG. We present the investigative proposal with the children who live on an island and study in a rural school. This study corresponds to the need to expand and qualify the dialogue and reflection on territories made invisible by theoretical productions, focusing on the perspective of children in the place. The research was accomplished in a field school on Ilha dos Marinheiros, in the extreme south of *Rio Grande do Sul*, and permanence in the school had a theoretical and methodological basis in the Ecological Insertion, with field diary records and audio recording. Fifteen children from kindergarten and elementary school participated in the research. The results demonstrate unique characteristics about children's cultures on the island and that mobilized the visibility of children in littoral territories. When considering time-space from the children's perspective, it is possible to identify the place where the island school is located as a trainer of subjectivities and experiences with nature in its entirety.

Keywords: Childhood. Place. Island. School. Belonging.

¹ Pedagoga (FURG). Mestre em Educação Ambiental (PPGEA/FURG). Especialista em Educação Infantil (UFPEL). Colaboradora do grupo de estudos e pesquisa, Ecoinfâncias: Infâncias, ambientes e ludicidade. Professora de Educação Infantil dos municípios de Rio Grande e Pelotas/RS. E-mail de contato: gabrielleglopes18@gmail.com

² Licenciada em Pedagogia - Habilitação Educação Infantil. Mestre e Doutora em Educação Ambiental. Professora Adjunta no Instituto de Educação na Universidade Federal do Rio Grande. Líder do Grupo de Pesquisa CNPq Ecoinfâncias. Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Educação da Infância - NEPE/FURG. Coordenadora de Apoio Pedagógico na Secretaria de Educação a Distância - SEaD/ FURG. E-mail de contato: narjaramg@gmail.com

“ESTE LUGAR AQUÍ ES LA ISLA”: perspectivas de los niños sobre pertenecer a una escuela de campo en el contexto costero

Resumen: Este artículo tiene como objetivo presentar un extracto de la disertación de Maestría desarrollada en el Programa de Posgrado en Educación Ambiental – PPGEA, de la Universidad Federal de Rio Grande - FURG. Presentamos la propuesta investigativa con los niños que viven en una isla y estudian en una escuela de campo. Se busca comprender cómo los niños perciben su pertenencia a una escuela de campo en la *Ilha dos Marinheiros* y cómo caracterizan las culturas infantiles que emergen de esa interacción con el lugar. Este estudio corresponde a la necesidad de ampliar y calificar el diálogo y reflexión sobre territorio sin visibilizados por las producciones teóricas, centrándose en la perspectiva de los niños en el lugar. La investigación fue realizada en una escuela de campo en la *Ilha dos Marinheiros*, en el extremo sur de Rio Grande do Sul, y la permanencia en la escuela se basó teórica y metodológicamente en la Inserción Ecológica, con registros en diario de campo y grabaciones de audios. Participaron en la investigación quince niños de Educación Infantil y de Educación Básica. Los resultados demostraron características singulares sobre las culturas infantiles en la isla y que movilizaron la visibilidad de las infancias en territorios costeros. Al considerar el tiempo-espacio en la perspectiva de los niños, es posible identificar el lugar en el que se sitúa la escuela de la isla como un formador de subjetividades y experiencias con la naturaleza en su totalidad.

Palabras clave: Infancia. Lugar. Isla. Escuela. Pertenencia

Introdução

Pensar a dimensão escolar na constituição das Infâncias requer aprender sobre o contexto que essas Infâncias estão inseridas; que se diferem nos costumes, nos valores, e nas crenças e das culturas. Onde estabelecem suas relações face-a-face, onde produzem cultura? No lugar, no micro contexto familiar, na escola, na comunidade. Para Junior e Santos (2007) um sentido de comunidade que pressupõe relações face-a-face e encontros “inter-humanos”, baseados no outro a partir de sua alteridade, é cada vez mais urgente, mesmo com todas as potencialidades, desafios e ambiguidades que possam carregar (JR e SANTOS, 2007, p. 63). Ou seja, o sentido de comunidade acontece no cotidiano a partir das relações que as crianças constroem face-a-face, sejam elas na escola, bairro e/ou família. As dimensões família, escola e bairro atribuem sentido a comunidade na medida em que caracterizam os espaços a partir da diversidade do individual e do coletivo que nela encontram-se.

Neste contexto de comunidade podemos encontrar espaços de autoformação, experiências múltiplas tensionadas pelo diálogo, como a escola. A escolha de uma comunidade no interior de um município litorâneo do extremo sul do Brasil para a realização

dessa pesquisa tem como finalidade compreender as especificidades territoriais e das culturas infantis produzidas nesse lugar.

O estudo realizado é parte de uma pesquisa mestrado no Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental, da Universidade Federal do Rio Grande – FURG. A necessidade desta proposta surge através de uma reflexão para pensar: como os sujeitos percebem a Escola do Campo enquanto lugar que carrega consigo uma identidade, que se relaciona com o pertencimento e a participação no contexto do campo, em particular uma ilha no interior de um município litorâneo. A Educação Ambiental colabora para pensarmos juntos nas possibilidades da escola do campo/ de ilha que se constitui em lugar de ações, práticas e experiências que reafirmam uma identidade rural, através do pertencimento ao lugar e da participação.

Para compreender as especificidades do lugar, surgiu a proposta de investigação com as crianças que vivem em uma ilha e estudam em uma escola do campo. As crianças constroem um “olhar ecológico”³ (BRONFENBRENNER, 1996) sobre o lugar de experiência e de convívio na escola e com a comunidade. Com este estudo, buscou-se compreender como as crianças percebem o seu pertencimento à uma escola do campo na Ilha dos Marinheiros e como caracterizam as culturas infantis que emergem dessa interação com o lugar. Este estudo corresponde a necessidade de ampliar e qualificar o diálogo e reflexão sobre a perspectiva das crianças no lugar. Aprofundar-se neste objetivo de pesquisa significa reconhecermos a importância do direito à educação para as comunidades rurais e materialidade da experiência cultural no lugar.

A construção histórica, social e cultural da categoria infância

Ao longo do processo histórico de constituição da Infância percebemos uma trajetória de significados que foram sendo incorporados ao modo de perceber os grupos sociais de crianças no mundo, no que diz respeito aos espaços que as elas frequentam, a participação na família, as políticas públicas e a relação de produção da Infância imbricada aos fatores sociais, culturais, políticos e econômicos marcados pela época e os lugares de vida.

Os estudos de Philippe Ariès (1986) foram um marco importante para a compressão da infância como uma categoria social e histórica e demonstrar o lugar assumido pela criança e pela

³ Bronfenbrenner (1996) define “olhar ecológico” como a perspectiva sistêmica que cada indivíduo constrói na interação com os contextos ecológicos e relações interpessoais.

família nas sociedades industriais nos países Europeus, a partir da perspectiva de artistas que representaram a cultura europeia entre os séculos XIII e XIX. De acordo com Marchi (2007), apesar da construção socio-histórica da ideia de infância no Brasil apresentar influências do contexto europeu, principalmente para a burguesia nos centros urbanos no final do século XIX e início do século XX, precisam ser consideradas as implicações e especificidades que tornaram muito diversa a compreensão e os modos de vivenciar a infância pelas crianças brasileiras diante da diversidade cultural da população e dos contextos sociais desiguais.

A Infância, enquanto categoria construída ao longo dos séculos e definida enquanto uma concepção histórica e moderna, pode ser concebida através de três períodos. O primeiro período se constitui com a concepção de infância negada⁴ ou a criança-adulto, a partir da negação de lugar na sociedade para os mais novos, pois eles além de frequentar os mesmos espaços dos adultos, precocemente eram introduzidos no mundo do trabalho. Segundo Ariès, na antiguidade não existia uma divisão do mundo infantil e adulto, o que reforça a ideia de que a criança era tratada como mini adulto, que partilhava dos mesmos espaços e utilizava as mesmas roupas dos adultos.

O segundo período é marcado por significativas mudanças na Modernidade, que contempla do século XVI ao XVII na Europa e o final do século XIX no Brasil, trazendo para a discussão a concepção de infância industrializada, criança filha (o) e/ou aluna (o). Com o aumento do êxodo rural e a urbanização das cidades podemos perceber a melhoria nas condições de higiene e a diminuição dos filhos por casal, a natalidade aumenta e uma nova ideia de Infância é incorporada. Com uma lenta e gradual postura dos religiosos e educadores, a escola ganha dimensão central na educação moral das crianças.

A institucionalização da Infância na Modernidade caracteriza-se por uma administração simbólica (SARMENTO, 2015), visto que, carrega normas, prescrições e atitudes que condicionam e orientam a vida das crianças em sociedade. A partir disso podemos compreender que a escola das massas teve como objetivo principal, a regulação da Infância da época, para aqueles que possuíam condições materiais de frequentar o espaço. No

⁴ As concepções de criança negada, criança industrializada e criança como sujeito de direitos presentes neste texto em negrito, foram caracterizadas a partir da participação e das leituras da disciplina intitulada História da Infância e da Educação Infantil, ministrada pela professora Dr^a. Elisa dos Santos Vanti, da Especialização em Educação com ênfase na Educação Infantil, da Universidade Federal de Pelotas- UFPEL.

entanto, ainda notamos o caráter marginalizador e excludente das crianças que residem no campo, por exemplo, no que diz respeito ao acesso à escolaridade. Na Modernidade, ao acessar a escola a criança assume o estatuto de ser social, através de um processo intencional de transmissão de valores pré-definidos e concebidos; através da escola a criança desvincula-se do espaço doméstico e do seio parental, para ser concebida em estado de preparação para a vida social (SARMENTO, 2015).

A compreensão da infância institucionalizada é refletida nos caminhos que essas concepções percorrem até os dias atuais, de acordo com William Corsaro:

É comum que adultos vejam as crianças de forma prospectiva, isto é, em uma perspectiva do que se tornarão - futuros adultos, com um lugar na ordem social e as contribuições que a ela darão. Raramente as crianças são vistas de uma forma que contemple o que são - crianças com vidas em andamento, necessidades e desejos. Na verdade, na vida atual, as necessidades e os desejos das crianças são muitas vezes considerados como causa de preocupação por adultos, como problemas sociais ameaçados que precisam ser resolvidos. Como resultado as crianças são empurradas para as margens da estrutura social pelos adultos (incluindo teóricos sociais), mais poderosos, que se concentram, muitas vezes, nas crianças como potencial e ameaça para a sociedade atuais e futuras (CORSARO, 2011, p. 18).

As contribuições de Corsaro (2011) ajudam a pensar nas atribuições que estamos delegando às crianças, na medida em que ainda percebemos situações parecidas nos dias atuais, seja por compreender as crianças na perspectiva do que se tornarão, seja por negar o seu espaço na participação social, afinal, a categoria não possui nenhum tipo de representação, a não ser dos adultos que se comprometem em dialogar e construir o campo social da Infância a partir dos seus olhares. Qual o lugar das crianças na estrutura social? Este questionamento nos guia para pensarmos o aumento das produções teóricas e científicas advindas de múltiplas áreas sobre a categoria, e nos levam para o terceiro período, os dias atuais.

O terceiro período é marcado pela infância contemporânea, aquela que é percebida mundialmente como sujeito de direitos e na perspectiva local como um sujeito cultural condicionado pelo lugar de vida, o que evidencia uma Infância plural e multifacetada. Logo, a nomenclatura se faz no plural *Infâncias*. O atual período sofre muitas influências das teorias do desenvolvimento humano, na medida em que, as ciências como Psicologia, Pedagogia e Psicanálise incorporam as crianças em seus debates; as relações econômicas, sociais, culturais

e políticas são necessárias para que a partir delas possamos pensar nas singularidades que caracterizam e constituem as crianças a partir destas dimensões. Para Arroyo:

Reconhecer que essas são os milhões de infâncias-adolescências com que trabalhamos nas escolas públicas populares. Mas ir além e reconhecer que avança a consciência coletiva de sua situação e não tem ficado passivos, mas resistem. A realidade não lhes basta, tentam superá-la ou reinventá-la. Tentam se libertar dessa condição. Não esperam por campanhas de erradicação. Tentam libertar-se pela educação, pela escola, porém sempre em lutas articuladas pelo direito a condição de vida digna. Escola para os trabalhadores empobrecidos é mais que escola (ARROYO, 2015, p. 51).

Este trecho além de nos dizer muito sobre as Infâncias dos dias atuais, nos conta também sobre o direito à escola. Em articulação estas duas dimensões, criança e escola produzem e reproduzem cultura a partir das relações. Porém, não é mais aceito para a criança o adjetivo de passiva ou conformada. Cabe à escola, aos teóricos, à família e a sociedade repensar o modelo idealizado de criança e produzir novas compreensões e práticas sobre e com as infâncias. Há valores, saberes, identidades e culturas, também carregadas de vivências.

Assim, compreender a infâncias exige um exercício das representações que a sociedade (os adultos) faz sobre o período inicial de vida e, por consequência, das relações que os adultos estabelecem com essa classe de idade. Não se pode portanto, conhecer as crianças fora das relações das crianças entre si, com os adultos, com a cultura e com a sociedade (SILVA, *et al.*, 2013, p. 14).

É no entendimento das crianças como participantes ativas na sociedade, em que sofrem influências e são influenciadoras da mesma forma, que as pesquisas sobre as infâncias buscam investigar como apresentam-se os diferentes modos de vida das crianças demarcados por condições espaço-tempo no quadro de análise da sociedade.

A sociedade é composta de diversos grupos, culturas, e condições geográficas específicas e muito peculiares. Ao estudar as Infâncias no e do Campo, como as crianças brincam, estudam e compartilham experiências as autoras Silva e Martins (2013) entendem que:

Se as formas de abordagem da criança e da infância passaram por transformações de cunho teórico, cultural e político, também o conceito de campo, hoje exige um olhar a partir do reconhecimento de sua complexidade histórica e contextual, além de relacional, dada sua vinculação originária com a cidade. Tratamos no imaginário social como dipolos ou dualidades, campo e cidade (seu correlato rural e urbano) constituem-se por termos que

sofreram e sofrem um processo de disputa por seus significados, compreendidos por diversas áreas do saber. Apesar das diferentes abordagens e argumentos, o que resulta desses debates é a consciência de que se trata de uma realidade que pouco pode ser simplificada, composta que é por relações de continuidade (SILVA, *et al.*, 2012, p. 14).

Em concordância com as autoras, acreditamos que assim como a realidade a compreensão das Infâncias brasileiras tão pouco podem ser simplificadas ou reduzidas a dualidade campo/cidade, mesmo que estes sejam caminhos que orientam nossos olhares. Por este motivo o seguinte questionamento mobiliza nossas reflexões acerca das Infâncias do Campo, *o que é necessário para que a Infância do e no Campo seja compreendida enquanto singular e distinta dos padrões urbanos?* Desde muito cedo, a predominância pela oposição de padrões urbanos industriais afeta a vida no campo, e conseqüentemente o ser/estar das crianças. O incentivo exagerado a padrões de consumo pela sociedade capitalista, por exemplo, incidem sobre as cidades e o campo, esses padrões individualizados são marcados pelo distanciamento e incapacidade de nos reconhecermos enquanto uma relação sistêmica com a natureza.

Na busca de aproximação com a rede de relações que nos constituem podemos perceber nas Infâncias do e no Campo, o estabelecimento de relações singulares e intrínsecas com a natureza, pois a dimensão humana é imbricada à dimensão ambiental.

O campo, o pasto, a mata e floresta ao redor, o caminho das formigas, a caça, o aproveitamento dos animais mortos, as folhas secas, transformam-se em novas vidas, os peixes e as águas, os recursos hídricos, enfim essas questões podem estar ali presentes, próximas, disponíveis. Disponíveis estão os elementos que compõem a cadeia de produção e sustentação da vida (SILVA, *et al.*, 2012, p. 177).

A relação que o grupo estabelece com os ecossistemas têm significação intrínseca com o modo de vida das crianças. Qual o espaço ocupado pelas Infâncias do e no Campo? Que relações de gênero, étnicas e de classe expressam-se no lugar? Podemos pensar estas questões a partir das lentes da Geografia da Infância, esta epistemologia contribui para refletirmos o lugar, o território e as espacialidades que as crianças ocupam no mundo contemporâneo. Para Jader Moreira Lopes:

Na Geografia, nossos estudos têm situado as bases epistemológicas que sustentam essa área de conhecimento à década de 1970. Tais bases estão

calcadas em uma Geografia Humanista, que vê, no espaço geográfico, uma importante dimensão para a compreensão das crianças e suas infâncias. Assim sendo, não se trata de uma subdivisão do campo da Geografia, mas, antes, de uma tentativa de interlocução com os demais campos do saber que compõem os Estudos da Infância (LOPES, 2017, p. 4).

Nesta interlocução, a Geografia da Infância coloca como tarefa a leitura das Infâncias através do espaço geográfico, uma unidade entre o ambiente e o desenvolvimento humano, visto que o espaço geográfico se torna um componente autêntico capaz de pensar a formação humana. De acordo com Lopes (2017), a Geografia da Infância possui enfoque em duas vertentes de análise para pensar as relações das crianças com o espaço geográfico. A primeira considera a perspectiva das próprias crianças e como vivenciam as espacialidades no meio social e a segunda, aponta estudos que analisam diferentes espaços e maneiras como as crianças se relacionam com as desigualdades e contradições ali estabelecidas. Estudar as Infâncias e as condições geográficas possibilitam pensar a categoria também pelo viés da exclusão, que se apresenta, por exemplo, latente no espaço geográfico.

Pensar as crianças enquanto sujeitos de múltiplas geografias, significa pensar nas dinâmicas constituintes e constituídas no lugar, isso quer dizer que, as condições que demarcam a cultura, a paisagem, os lugares, e os territórios, definem e produzem o modo como as crianças e seus educadores se relacionam e constroem os fazeres no e com o espaço geográfico. A Geografia contribui para pensarmos nas múltiplas facetas e para estabelecer as relações do sujeito com o lugar, evidenciando o caráter fundamental da singularidade e da diferença entre as Infâncias nas suas espacialidades.

Desta forma, se a infância é uma construção social, uma concepção sistematizada em diferentes sociedades, ela apresenta uma dimensão que é plural, pois não me é possível falar em uma única infância, mas na pluralidade de sociedades que cobrem a superfície terrestre; existe uma pluralidade de infâncias que se configuram. Localizar, mapear, descrever e interpretar essas infâncias são também pontos pertinentes da Geografia. (LOPES, 2008, p. 290-291)

Para os estudos da Geografia da Infância é necessário mapear, descrever e interpretar essas infâncias, considerando a pluralidade territorial e dos mais variados grupos sociais, que ainda são esquecidos e invisibilizados. Contudo a investigação e reflexão das Infâncias do e

no Campo contemplam esse objetivo.

É perceptível a observação de uma relação sistêmica entre a dimensão humana, biológica e cultural (BRONFENBRENNER, 1996), mas que ainda sim, mesmo com características específicas e singulares, as Infâncias do Campo sofrem atravessamentos comuns provocados por exemplo, pelas novas tecnologias de informação, mídias sociais e TV. Deste modo:

Esses processos atuam também como forças que buscam homogeneizar também as infâncias, interpeladas pelos apelos gerais do consumo, pelas possibilidades de contato e pelas mudanças provocadas nos tempos e espaços permitidas pelas novas tecnologias de comunicação e pelas mídias, pela modalidade de lugar e as trocas sociais que desses fenômenos decorrem, enfim por uma série de elementos que fortalecem a ideia e a percepção de que, muitas vezes, não são nítidas as fronteiras culturais (SILVA, *et al.*, 2012, p. 76).

Podemos pensar que o específico do Campo, não se constitui como algo isolado da realidade; as fronteiras culturais estabelecem relações com as multifacetadas da dimensão humana. É necessário que possamos neste processo que nos unifica e padroniza, estabelecer diferenças que demarcam posição. Segundo os autores:

As crianças das áreas rurais estão submetidas às mediações materiais e simbólicas que também incidem sobre as crianças das cidades, assim como delas se diferenciam, particularmente em relação às dos grandes centros urbanos por viverem também mediações próprias dos seus grupos sociais (SILVA, *et al.*, 2012, p. 77).

A compreensão das Infâncias do e no Campo, neste sentido, requer movimentos de aproximação e diferenciação, tanto na direção do acúmulo do capital cultural infantil, quanto na direção dos processos educativos que as populações do campo vivenciam. Sendo necessário afirmar que as Infâncias do e no Campo são múltiplas, pois são múltiplos os campos que compõem o rural brasileiro: crianças assentadas, da reforma agrária, ribeirinhas, quilombolas, crianças indígenas, crianças de Ilhas, os povos do campo vivem suas relações identitárias e de constituição de maneiras distintas e isso nos inquieta na medida em que direcionamos os nossos olhares para múltiplas dimensões que fazem parte da dinâmica socioambiental, cultural, política e de classe. Para (SILVA, *et al.*, 2013, p. 17), “é na dialética,

entre geral e local, campo-cidade, urbano, rural, que caracteriza as infâncias do campo, que necessita ser compreendida por meio de estudos que evidenciam, pela observação e pela escuta das próprias crianças, o seu ser-no-mundo”.

Podemos identificar as singularidades dentro do próprio Campo quais as especificidades da agricultura familiar? No que se diferenciam das comunidades ribeirinhas, ou, que processos de socialização e aprendizagem as famílias travam em relação à terra? Como as crianças estabelecem relações com a natureza? Começamos por pensar o que é geral da categoria social Infâncias perceptível na atualidade? Como dito anteriormente, a criança é concebida como um sujeito social e de direitos, que produz e reproduz cultura através do brincar e da imaginação. Todas as crianças brincam, e imaginam, faz parte do capital cultural da categoria, no entanto, nem todas brincam da mesma forma, ou com os mesmos brinquedos. O brincar no Campo também pode ser perceptível distinto dos centros urbanos. Neste sentido, Eliana da Silva Felipe contribui para pensarmos as crianças assentadas:

Na ausência de maior apelo ao consumo, pode-se dizer que as crianças de assentamento, em particular aquelas situadas nas áreas de criação e plantio, preservam uma relação artesanal com a natureza, isto é constroem seus brinquedos, inventam na ausência de coisas fabricadas, combinação de elementos para produzir objetos de uso. Ao transformar elementos da natureza objeto de uso, elas se inscrevem numa temporalidade que é descontínua em relação à lógica mercantil e a produção em série (FELIPE, 2013, p. 39).

O assentamento é um território marcante para a sociabilidade da criança, o mundo partilhado com os adultos é uma das características que produzem as Infâncias assentadas. No entanto, não podemos ser ingênuos em colocar as Infâncias em enquadramentos funcionais, evidenciar alguns elementos que aparecem na condição histórica das Infâncias significa compartilhar o que elas fazem com os recursos disponíveis nos contextos sociais específicos que se encontram (FELIPE, 2013). Partir do princípio de que as Infâncias do Campo também são multiculturais e multirraciais, significa atribuir sentido a sujeitos que a partir de diferentes contextos sociais afirmam sua identidade. O que queremos dizer com isso? Reconhecer as singularidades do Campo e da construção dessas Infâncias no e do campo. Lembrando quais se caracterizam como Infâncias do Campo no contexto brasileiro: ribeirinhos, quilombolas, pescadoras artesanais, assentados e acampados da reforma agrária, agricultores familiares,

indígenas e caiçaras.

É necessário afirmar e adjetivar esta categoria, pois reconhecemos que a trajetória destas comunidades são fruto de processos históricos de exploração, exclusão e negação de direitos, que recaem principalmente nas mulheres e crianças.

Nesse sentido, as crianças do campo estão inseridas em uma geografia específica e em uma rede heterogênea, posto que inclusas e partícipes de um contexto que é universal e comum a todas as pessoas: o mundo. Quando pensamos nessas infâncias, há algo que é comum a todas elas: fazem parte de grupos socioculturais historicamente excluídos, oprimidos, explorados. Por isso, aparecem no cenário social numa linha tênue entre a inclusão e a exclusão. Incluídas num processo de exclusão (PELOSO, 2015, p. 54).

As desigualdades entre campo e cidade são perceptíveis, no entanto, não é permitido a romantização destes processos de exclusão e inviabilização de direitos, já que as Infâncias do e no Campo são marcadas pela negação de elementos básicos, como moradia e educação. O compartilhar e teorizar sobre essas culturas infantis significa diminuir os processos históricos de inviabilização e do cerceamento das culturas infantis camponesas. Reconhecer as Infâncias dos coletivos sociais é reconhecer a nossa história.

Metodologia

A metodologia de pesquisa para o desenvolvimento deste estudo denomina-se Inserção Ecológica. A Inserção Ecológica tem como base teórica a abordagem Bioecológica do desenvolvimento Humano de Urie Bronfenbrenner, que auxilia o pesquisador a compreender e se inserir nos contextos bioecológicos e a intervir no processo de maneira sistêmica. Cecconello e Koller (2003) foram as responsáveis pela criação desta metodologia de pesquisa; o objetivo das autoras era desenvolver uma metodologia capaz de evidenciar o caráter sistêmico da teoria de Bronfenbrenner, destacando os elementos, *Pessoa, Processo, Contexto e Tempo*.

Estas dimensões não devem ser consideradas como categorias definidas *a priori*, mas destina-se a delimitar os focos da coleta e da análise dos dados de pesquisa. São, portanto, direções e sentidos para as quais o pesquisador lança o "olhar" sistêmico, buscando estabelecer interações significativas com as pessoas que integram os ambientes a serem

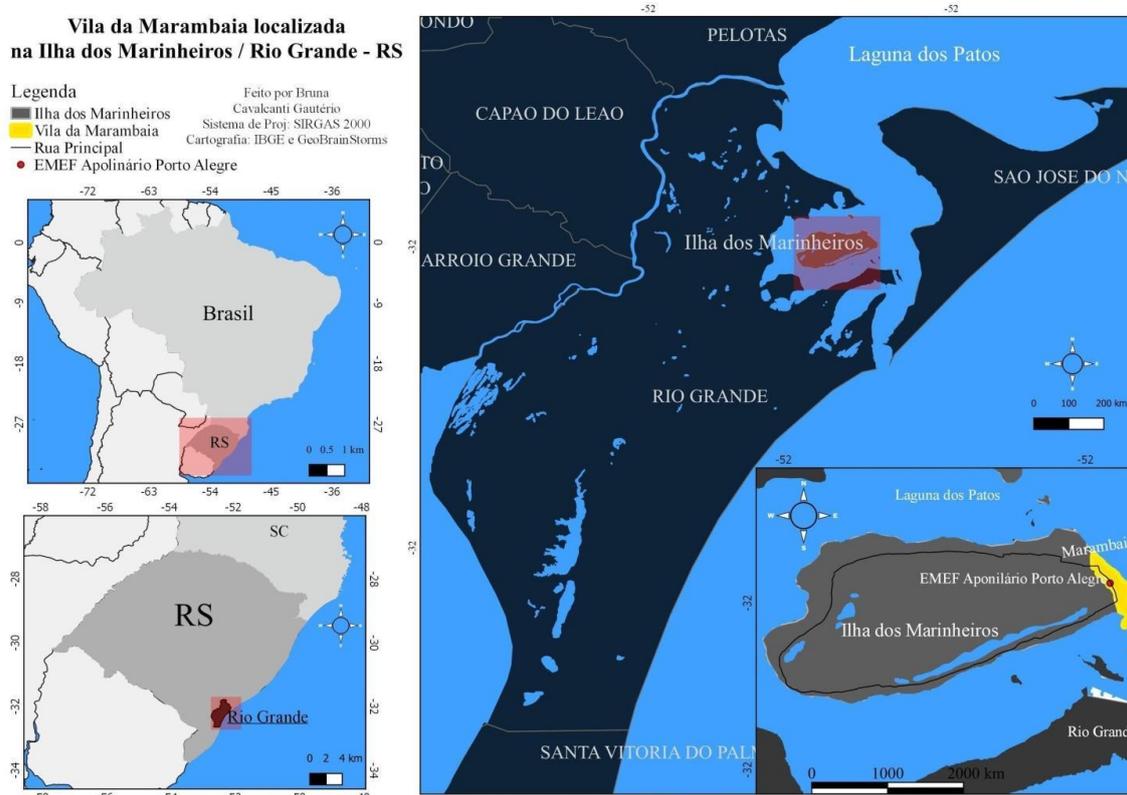
estudados. No entanto, para a compor o corpus da pesquisa foram levadas em consideração: a entrevista semi-estruturada com um (a) professora da escola do campo e a pesquisa com crianças.

O tempo definido nesta investigação configura-se na Inserção Ecológica na escola, no período de março a novembro 2019, com frequência de dois dias da semana. O período pré-definido leva em consideração a importância da construção de uma inserção ecológica que seja efetiva em criar relações proximais e inserir o pesquisador no contexto pesquisado.

A pesquisa contou com a participação de 15 crianças, sendo estes sete meninos e oito meninas da Educação Infantil ao Ensino Fundamental de Nove anos, com idades de quatro a quatorze anos. As crianças em sua maioria residem na Marambaia (localidade na Ilha dos Marinheiros situada na cidade litorânea de Rio Grande no extremo sul do Brasil). Algumas utilizam o transporte escolar, outras os familiares levam até a escola. São filhas e filhos de agricultores e pescadores artesanais. Mesmo que um dos sujeitos do núcleo familiar não exerça essa função, o provento continua predominantemente sendo exclusivo da pesca e da agricultura.

Considerando o número significativo de escolas e a capacidade limitada desta pesquisa, é importante destacar que pelos limites de organização e tempo, optamos por realizar a pesquisa em uma das quatro instituições formais de educação presentes na Ilha dos Marinheiros. A escola está localizada na comunidade da Marambaia na Ilha dos Marinheiros-Rio Grande/RS. Veja mapa da localização da comunidade da Marambaia:

Figura 1: Vila da Marambaia



Fonte: Elaborado por Bruna Cavalcanti Gautério

A localização e identificação do espaço geográfico auxiliam na compreensão da geografia do lugar, sobre onde a escola está situada possibilitando assim um entendimento mais específico e aproximado do lugar de investigação.

A utilização do diário de campo qualificou o período de investigação. O diário de campo configura-se em um processo de documentação cotidiana. Este instrumento de registro serviu como aporte empírico para registrar o desenvolvimento/processo de Inserção Ecológica da pesquisadora. Essa forma de registro foi utilizada, pois acreditamos que o diário de campo funciona como ponte de articulação/reflexão que se constitui a partir do contexto de pesquisa com a prática do pesquisador. De acordo com a pesquisadora Maria Carmen Silveira Barbosa:

O diário de campo, este instrumento importado da antropologia, pode ser considerado como caderno de registro do professor no qual ele poderá não apenas registrar dados objetivos, mas principalmente seus sentimentos sobre o que vê ou ouve, isto é suas interpretações (BARBOSA, 2008, p. 104).

Como a autora mencionou, a utilização do diário de campo é uma prática recorrente nas escolas, auxiliando o (a) professor (a), no registro de sua prática pedagógica, ao registrar e refletir sobre ela. O registro se constitui uma ferramenta qualificada para significar e ressignificar a prática docente na instituição escolar. Sendo assim a escolha pela documentação pedagógica em formato de diário de campo na Inserção Ecológica, configura-se em uma das múltiplas possibilidades para registrar o que é mais pertinente a partir do processo de investigação no espaço escolar.

Para análise dos dados foram utilizados os princípios da Teoria Fundamentada nos dados (Grounded Theory). A teoria fundamentada nos dados refere-se a uma abordagem qualitativa, do ponto de vista dissertativo, possui o objetivo de construir categorias analíticas a partir dos dados, caracterizando-se como um método geral de análise comparativa que estabelece um conjunto de procedimentos a fim de pensar e refletir sobre a realidade social. Para Tarozzi (2011) a teoria fundamentada nos dados tem a ambição de produzir uma teoria complexa e articulada, um canal sólido e enraizado na experiência dos fatos a partir de processos sociais e psicológicos. Sendo assim, é importante evidenciar que a amostra de dados não se constitui a priori do processo de investigação, mas no desenvolvimento da pesquisa.

Infâncias de ilha: percepções das crianças que residem em territórios litorâneos

Existe um potencial de estudo a ser explorado sobre as Infâncias em contextos geográficos invisibilizados⁵. Com isso queremos refletir em outras possibilidades de compreender as infâncias que vivenciam experiências em uma localidade no sul do Brasil, especialmente infâncias de uma escola do campo em uma ilha no litoral sul-riograndense.

Pensar em *Infâncias de Ilha*, enquanto uma nova estrutura conceitual ainda a ser explorada nesse texto, significa construir uma compreensão simbólica sobre a infância em um determinado lugar, uma espécie de “nascimento” ou emersão de um ser que é real, mas ainda não se encontra visibilizado no mundo social e acadêmico, são crianças no seu (re) nascer. Neste sentido, a partir da pesquisa realizada emergiram duas categorias de análise que

⁵ São considerados contextos geográficos inviabilizados, aqueles que pouco pesquisados e abordados na literatura acadêmica, como os espaços rurais, litorâneos, florestais ou territórios indígenas, quilombolas, caiçara, dentre outros.

qualificam este debate: a) Lugar - Ilha na perspectiva das crianças e b) Culturas infantis – Infâncias na Ilha.

A primeira categoria faz referência ao “lugar” na perspectiva das crianças: “Esse lugar aqui é a Ilha, é a Marambaia”. Estudos com enfoque na dimensão espacial das crianças no Brasil, apontam para a compreensão do espaço geográfico. Neste sentido o campo da Geografia da Infância parte da premissa que o espaço geográfico é a materialidade que produz e expressa a identidade (LOPES, 2016). Enquanto sujeitos de cultura, construímos e modificamos o espaço geográfico na relação transformar e ser transformada (o).

As crianças por estarem inseridas em diferentes lugares identificam elementos que estruturam e caracterizam o contexto espacial. Em uma escola que recebia crianças da zona rural e urbana, era comum que elas a partir de suas relações identificassem elementos que são próprios do contexto espacial dos colegas e da própria comunidade, “a mãe dela não virá a reunião de pais, pois está plantando tomates” ou, *a reunião deve ser remarcada pois sábado os moradores da Ilha fazem feira* (Professora Apolinário), as duas frases dizem respeito a existência em um lugar, a existência por sua vez é carregada de elementos significantes, relações de trabalho, adaptação do currículo escolar de acordo com a realidade da comunidade, readaptação e etc. Esse espaço geográfico presente nas frases constrói modos de ser criança singulares que se diferem das crianças de outros contextos por exemplo.

Através de registros no diário de campo ao longo do processo de Inserção Ecológica foi possível presenciar inúmeras situações de vivências espaciais das crianças na Marambaia, vivências que se ampliava para além da escola, mas no seu entorno fora do período diário de aula. Algumas crianças moram perto da escola, outras utilizam transporte escolar, então nos intervalos, ou no período inverso de aula, observava as crianças nos seus fazeres. Registros retirados do diário podem auxiliar na reflexão acerca dessas vivências espaciais das crianças no lugar:

Enquanto todos se organizavam na fila com suas mochilas Renan caminhava na estrada em direção a escola, e as crianças diziam: “olha professora lá vem o Renan, ele estava pescando”. Renan um pouco tímido cumprimenta as crianças, e segue o caminho. Nas mãos dele continha um carretel de nylon e no cesto, peixe embrulhado na sacola. (Diário de Campo, quinta-feira, 21 de março de 2019)

A experiência das crianças é reveladora, pois imprime saberes territoriais únicos. No

revelar-se elas comunicam o que sabem e o que querem que os adultos identifiquem que sabem, o diálogo por sua vez foi fundamental, pois a relação pesquisadora e crianças naquele contexto se deu na maior parte de investigação e aprendizado.

Entretanto, gostaríamos de retomar a ideia do espaço geográfico enquanto produtor de identidades humanas (LOPES, 2016), com o objetivo de compreender como as crianças percebem a Ilha, ao comunicar para outros sujeitos e como essa vivência espacial é essencial para significar Infâncias de Ilha. Logo na primeira semana de inserção realizamos uma saída de campo, na segunda parte da tarde a pesquisadora, as professoras e o grupo de crianças dirigiam-se ao trapiche⁶, o grupo atravessou a estrada, passou por alguns quintais, ao lado das dunas, acenou para os outros moradores, chegou ao trapiche. Entretanto logo no começo da saída uma das meninas começa a orientar o passeio, ela dizia: *“é um caminho danada, é um caminho da Ilha”* (Diário de campo, Larissa, 10 anos, 19 de março de 2019), a pesquisadora questiona o motivo, ela responde: *“é muito grande, tem que caminhar um bocado”*.

Na saída de campo foram visitados dois trapiches, notamos que um dos meninos insistia para pular na água, a distância que separava a criança de estar dentro da água foi o instante que a professora interrompeu. A familiaridade com a lagoa e o dia quente provoca nas crianças e especialmente nele desejos de se refrescar na tentativa de ruptura da lógica adulta. No caminho para o segundo trapiche a ser visitado uma das meninas disse: *“esse trapiche que vamos conhecer, é maior que o outro, se você cair aí pode morrer, mas não fica com medo tá?”* (Diário de Campo, Larissa, 10 anos, 19 de março de 2019). Os caminhos narrativos que as crianças encontram para compartilhar seus saberes sobre o território são uma mistura de anúncio e alerta, para o desconhecido.

Os enunciados sobre o significado do território na Infância a partir Lopes (2016) fortalecem as posturas das crianças frente aos desafios e rupturas que necessitam provocar, para ele:

Por território compreende-se os lugares no espaço em que há relação e divisão de poder-ação e divisão de poder. Logo, as crianças constroem e delimitam por meio da vivência o espaço enquanto território da infância. Assim é comum perceber as crianças delimitando e lutando por seus territórios, quando impedem que outros (crianças ou adultos) entrem na brincadeira ou ocupem o espaço de

⁶ Ponte de madeira que adentra o estuário para que barcos e navios possam se aproximar.

que se apropriaram (LOPES, 2016, p. 22).

Compreende-se por território da infância a ligação entre os lugares associados a relações de poder existentes, nesta lógica as crianças utilizam-se de artifícios para garantir seus desejos, o exemplo das brincadeiras pode ser comparado a tentativa de Renan em pular na lagoa, durante o horário da aula, não queremos fazer julgamento da professora ou de sua intervenção, ao invés disso, ao narrar esses acontecimentos estamos tentando pensar pela lógica das crianças, mesmo que isso configure-se em um desafio.

A partir da análise das narrativas das crianças participantes da pesquisa podemos encontrar outros elementos que caracterizam o espaço geográfico da Ilha dos Marinheiros, as falas das crianças demonstram a identificação dos sujeitos que habitam no lugar, da paisagem, das festas religiosas e das próprias relações de trabalho. As crianças ao identificarem as pessoas que moram na Ilha dizem que: *“as pessoas que moram aqui, são as duas coisas, pescam e plantam”*, *“o meu pai é só pescador e trabalha na cidade, é auxiliar de mecânico”*, *“as pessoas que moram aqui são, agricultores, lavradores, pecuaristas e mergulhadores”*, *“as pessoas que moram aqui, pescam, plantam”*.

Para Brandão (2005) nascemos em um dia e um lugar, somos alguém, e a partir daí nós existimos. Nascer em um dia e um lugar, implica perceber elementos físicos, culturais, ambientais e até mesmo sensoriais, as crianças no cotidiano, ao participarem das relações sociais identificam os elementos que integram a estrutura social, identificar que as pessoas que moram na ilha e a própria família pescam e plantam, são agricultores e lavradores necessita de uma compreensão sistêmica da vida, pois pescar e plantar por exemplo carregam saberes da própria existência dessas gerações.

As maneiras de trabalhar são oriundas da própria cultura do campo, ao identificar essas especificidades podemos pensar em uma postura crítica frente aos problemas dessas populações do campo, visto que possuem formas de se relacionar com a comunidade, com o ambiente e com o tempo distintas das áreas urbanas.

Quando nos mobilizamos em pensar *Infâncias de Ilha*, ou seja, a tentativa de encontrar e compartilhar grupos sociais historicamente invisibilizados, não estamos apenas demarcando um conceito, mas sim uma nova possibilidade de compreensão daquilo que desconhecemos. *Infâncias de Ilha* não apenas evoca novos sentidos para as crianças e para os adultos, como

também a possibilidade de ampliar nossos olhares para os modos de vida das populações do campo brasileiro. Quando defendemos o papel da escola no compromisso de formar sujeitos críticos e contestadores da realidade, compromissados pela sua transformação, estamos também falando das crianças. Para Claro e Pereira (2013):

A partir desta visão instigada por meio das práticas educativas populares, os sujeitos buscam sua autonomia em comunhão, de forma a trocar saberes e fazeres, a fim de exercer, para além de sua cidadania, as possibilidades de se reconhecerem enquanto seres detentores de especificidades, crenças e produtores de sua trajetória (CLARO e PEREIRA, 2013, p. 184).

As crianças que narram essas histórias, compartilham de um mesmo elemento que as une, o lugar, Ilha dos Marinheiros, neste lugar elas se reconhecem enquanto seres de especificidades, além do reconhecimento do eu, elas compartilham de percepções do outro, que favorecem o nosso entendimento acerca das características das pessoas que moram no lugar, os estudos da Geografia da Infância (LOPES, 2019) vem de maneira significativa colocando no centro do debate as crianças no espaço geográfico.

A segunda categoria faz referência às “culturas infantis” expressas a partir da compreensão das Infâncias na Ilha: “Eu tomo banho de praia, ando de bicicleta, planto semente, um monte de fruta”. O debate sobre as culturas infantis aponta que o modo de vida das crianças tem sofrido significativas mudanças na contemporaneidade. Sociólogos da Infância como Sarmento, por exemplo, imprimem na história da pesquisa da infância achados que servem como sustentação do debate atual. Em “As culturas da infância na encruzilhada da 2º modernidade”, Sarmento (2004) defende que a história da infância ocupa um lugar socialmente construído, mas que é renovado pela ação coletiva das crianças.

As inquietações surgem da necessidade de refletirmos sobre o tema. Para Sarmento:

Os tempos contemporâneos incluem, nas diferentes mudanças sociais que os caracterizam, a reinstitucionalização da infância. As ideias e representações sociais sobre as crianças, bem como suas condições de existência, estão a sofrer transformações significativas, em homologia com as mudanças que ocorrem na estruturação do espaço-tempo das vidas quotidianas, na estrutura familiar, na escola, nas *mass-media* e no espaço público. Contrariamente à proclamada “morte da infância”, o que a contemporaneidade tem aportado é a pluralização dos modos de ser criança, a heterogeneização da infância enquanto categoria social geracional e o investimento das crianças com

novos papéis e estatutos sociais (SARMENTO, 2004, p.1).

A pluralização dos contextos sociais, dos grupos familiares, do espaço-tempo que as crianças estão inseridas, têm apontado para variação dos modos de ser criança e sua reflexão, no que compete a investigação sobre as culturas infantis, implica tudo aquilo que as crianças habitam e propagam sobre si e sobre o outro no mundo social, ou seja, o repertório cultural que perpassa o desenvolvimento das crianças na sua participação, mas que principalmente demarca uma temporalidade na vida das crianças, enquanto uma primeira etapa de produção do mundo e das coisas.

Conhecer as nossas crianças é decisivo para a revelação da sociedade como um todo nas suas contradições e complexidade (SARMENTO, 2004, p.1), por este motivo este texto integra a complexidade de elementos que buscam ressignificar a complexidade das culturas infantis das Infâncias de Ilha, a categoria expressa as relações das culturas, e o brincar das crianças enquanto atividade existencial e simbólica. A infância na Ilha faz parte da revelação da sociedade que ainda desconhece costumes, saberes e valores fundamentais de seu povo, sendo assim vamos propor uma imersão naquilo que as crianças vivenciam na Ilha e como produzem sua existência através do brincar, na relação com a natureza e etc.

O que é ser criança na Ilha dos Marinheiros? Para elas: a) “Ser criança na ilha é bom, pesco, vejo muita Tv, de vez em quando vou na casa do Gabriel e só” (Roger, 12 anos), b) “Ser criança na Ilha é muito bom, nós brinca, nós se diverte, nós sai.” (Gabriela, 8 anos). c) “Ser criança na Ilha é muito bom, dá de brincar nas estradas, é muito tranquilo.” (Elena, 11 anos), d) “A gente sai, a gente se diverte, vamos pra gruta, a gente *faz* passeio de bote.” (Melissa, 10 anos), e) “A gente pode andar sozinho porque não tem perigo, pode ir na gruta, andar de bicicleta”. f) “A gente toma banho de praia, anda de bicicleta, passeia pela cidade”. (Larissa, 10 anos)

Neste primeiro momento destacamos algumas frases das crianças que refletem as culturas infantis presentes na Ilha, no entanto queremos dar atenção para análise e reflexão dos termos em **negrito** pois são estes que irão tornar as Infâncias da Ilha únicas e significativas para o espaço-tempo que estamos propondo.

Nota-se que nas primeiras frases as crianças compartilhavam do mesmo discurso, afirmando um sentimento de aproximação e identificação com o lugar, “bom” e “muito bom”

são expressões de experiências topofílicas, a aparência desses adjetivos é oriunda de contestação internas que as crianças realizam sobre o lugar onde moram.

Dentre as atividades possíveis estão: pescar, brincar nas estradas, tomar banho de praia, ir na gruta, tomar banho de praia e andar de bicicleta. Expressões da vida cotidiana que nos mostram o quanto ainda precisamos avançar na compreensão dos fazeres das crianças. Logo, podemos afirmar que compreender Infâncias de Ilha pelo viés das culturas está intimamente relacionado a um tempo-espaço formador de subjetividades e experiências com a natureza na sua totalidade. De acordo com Tiriba:

Apasionadas pelos espaços ao ar livre, atentas aos animais e seus filhotes, dispostas a encontrar-se com a água - esse elemento tão precioso que dá origem à vida - elas lutam o quanto podem pelo direito de brincar com a natureza. Que paixão é essa? Quem não a vê? Quem não a escuta? Nós, que somos seus educadores, em que medida favorecemos ou criamos obstáculos à potência de agir das crianças sobre o universo que as afeta? (TIRIBA, 2018, p. 4).

As narrativas encontradas aqui representam em contrapartida elementos das culturas infantis que exprimem através da natureza condição natural do humano, visto que somos orgânicos e pertencemos a este universo. A relação indissociável das crianças com a natureza através do brincar, do andar de barco e etc, podem possibilitar aprendizagens e sensibilidades específicas. No entanto, estamos narrando e construindo saberes sobre um determinado grupo social, que embora específico ainda sim é influenciado por fatores externos. Diferente do contato direto com o mundo físico dados apontam para a reflexão dos modos de vida dos dias atuais, diante disso:

É necessário refletir sobre o modo de vida e de desenvolvimento que estamos adotando nas cidades, tendo em vista que a urbanização é um processo crescente no país e no mundo. No Brasil, a concentração da população em cidades cresceu de 75,6% em 19913, para 84,7%, em 20154. Portanto, faz sentido pensar sobre a forma como o mundo atual, sobretudo urbano, está acolhendo as novas gerações. Há diversas conquistas e avanços relacionados à infância em nosso país, como o aumento da escolaridade, a redução da mortalidade e o combate à exploração do trabalho infantil. Mas não podemos deixar de considerar que os efeitos da urbanização, entre eles o distanciamento da natureza, a redução das áreas naturais e a falta de segurança e qualidade dos espaços públicos ao ar livre nos levam - adultos e crianças - a passar a maior parte do tempo em ambientes fechados e isolados,

criando um cenário que cobra um preço muito alto para o desenvolvimento saudável das crianças (BARROS, 2018, p. 18).

O sentimento de distanciamento da natureza nas áreas urbanas é um enfrentamento que devemos estar dispostos a defender, e que inclusive deve inspira-se nas vivências dos contextos rurais. O debate sobre relação entre natureza e culturas infantis aqui defendido sugere a criança como sujeito da natureza e a indissociabilidade entre natureza e cultura. Para as infâncias na ilha a natureza representa culturalmente um espaço de acolhimento, pois oferece às crianças, momentos de exploração, esconderijos e descobertas. Colhem folhas, sobem em árvores, pulam na chuva, acolhem os novos animais que ali chegam, nela relação íntima as crianças compreendem que o fazer parte da natureza é a própria totalidade da vida.

Na totalidade da vida das Infâncias de Ilha que a dimensão humana é intrínseca à dimensão ambiental, porque acontecem simultaneamente, a produção das culturas e o brincar são propulsoras existências e se apresentam nos fazeres das crianças: a) “E também quando a gente vai pra cidade, pesca e às vezes pode até construir brinquedos também”. (Larissa, 10 anos). b) “Com material assim reciclado, e também com a natureza, tipo meu avô quando ele era pequeno, eles pegavam uma graminha tipo uma folha e fizeram uma gaita, e fazia o barulhinho direitinho, igual uma gaita muito legal”. (Larissa, 10 anos).

As crianças ao contarem esses acontecimentos compartilham com a pesquisadora os lugares em que transitam e que carregam significados, Ilha e cidade. Já na construção de brinquedos podemos perceber a ação ativa e criadora das crianças a partir de materiais não estruturados.

No decorrer do diálogo com as crianças, elas começaram a pontuar opiniões sobre a cidade, e os elementos que tanto a difere da Ilha dos Marinheiros, de acordo com Vinicius, 7 anos, *“também lá na cidade tem menos árvores, aqui tem mais, lá não tem mato, não tem árvore, tem muitos carros, aqui não tem mais lixo no chão. E lá também tem bandido que rouba o teu telefone.”*

A observação pontuada por Vinicius demonstra a percepção da cidade enquanto um espaço com pouca oferta de árvores, muitos carros e lixo, além da violência. Seria a cidade um espaço acolhedor para as crianças e para os adultos diante da problemática evidenciada por Vinicius? Que significados, que aprendizagens possibilitam essas interações com o

mundo social e natural que circunda os espaços onde a vida, cotidianamente, transcorre? (TIRIBA, 2018, p. 73). Que oportunidade de observar o balanço das folhas, o canto dos pássaros, o cheiro das flores, teriam aquelas crianças que residem na cidade? A anunciação de Vinícius mostra que a cidade enquanto espaço-tempo diferente da Ilha, se constitui a partir de outros elementos, com muitos carros, com muita buzina, plástico, poucas políticas de transporte público ecologicamente sustentáveis, a denúncia sobre o lixo também reflete, o descarte inadequado, falta de conscientização da população, e políticas de coleta seletiva por vezes ineficazes ou inexistentes.

Para Roger (12 anos) morar na cidade impossibilita que *“as crianças não pode brincar na rua, ainda mais de noite”*. Na percepção do menino, na Ilha, ao contrário da cidade, possibilita a ele e outras crianças brincar nas estradas, andar de bicicleta, a inexistência de perigo está intimamente ligado à capacidade das crianças em serem livres, e fazerem do lugar onde moram o palco para a autonomia, protagonismo e liberdade. Exemplos como esse, de modos de vida, quase que desconhecidos refletem a produção do espaço geográfico enquanto processo de formação das pessoas. A escuta das crianças, e sua significação é essencial para que seja desvelado a capacidade a nossa capacidade de humanização.

As experiências no lugar podem funcionar como exemplo, como possibilidades de experimentação, indicar caminhos e campos de intervenção que vão possibilitando o desmonte de ideias, filosofias e ideologias que norteiam as práticas sociais atuais e a produção de outra cultura. (TIRIBA, 2018, p. 185). Pensar os modos de vida das crianças na Ilha dos Marinheiros foi um processo de experimentação que mobilizou novos fazeres, saberes e percepções sobre os olhares das crianças e a produção do espaço geográfico.

Muito aprendemos com as crianças e, na possibilidade que essa pesquisa surge, mas afinal o que são Infâncias de Ilha? Entendemos que as *Infâncias de Ilha* podem ser percebidas como um grupo social de crianças que constroem suas relações sociais, culturais, históricas e geográficas em uma Ilha no contexto litorâneo, a partir de um espaço-tempo atravessado por territorialidades, mas que, nas suas minúcias possuem relações intrínsecas com a natureza e fazem dela o ponto nodal da existência e do devir. Sendo assim, é impossível pensar, escrever e narrar sobre as Infâncias de Ilha sem dar a devida atenção às formas de brincar e de existir

das crianças, e das suas culturas.

Ao contrário, para as crianças, as Infâncias de Ilha podem significar um compartilhar sobre as suas vivências e convivências em um território-lugar, um contar sobre as suas culturas, de um jeito mais simples; pescar, morar na Marambaia, andar de barco ou até mesmo construir brinquedos reciclados. E, quando sobrar um tempinho, depois de um dia longo caminhando, andando de bicicleta na estrada, assistir televisão até adormecer.

Considerações finais

Diante das percepções e olhares das crianças participantes da pesquisa, foi possível compreender as relações de pertencimento dessas crianças ao lugar, caracterizando uma nova categoria estrutural para a infância que intitulamos “Infâncias de ilha”, que redimensiona e particulariza o que inicialmente se considerava como “infâncias do campo”. Entendemos que existe uma condição específica de experiência e constituição das culturas infantis narradas pelas crianças que residem em uma ilha, no interior de um município no território litorâneo do sul do país.

As categorias “Pertencimento” e “Lugar”, que compreendemos como constituintes do campo da Educação Ambiental, foram identificadas nos resultados que emergiram dos discursos das crianças se caracterizando enquanto ponto nodal entre as culturas infantis nas possíveis relações com a natureza. As crianças que residem a Ilha dos Marinheiros narram sobre liberdade de brincar e de experimentar as relações espaço-tempo mediatizadas pela natureza. O pertencimento ao lugar é fortalecido através da Educação Ambiental pela promoção da informação e da cultura da Ilha, enquanto lugar que necessita ser preservado na memória, nos costumes e nas crenças e valorizado não apenas pelos ilhéus, mas também pela escola situada nesse lugar e pelo poder público.

Infâncias de Ilha, enquanto categorial cultural dos estudos sobre as infâncias no lugar, surge enquanto nova possibilidade de reflexão sobre os modos de vida das crianças e suas produções no espaço geográfico, gerando novos olhares para as culturas infantis, o brincar e as relações com a natureza enquanto indissociáveis da formação biopsicossocial das crianças.

Referências

ARROYO, Miguel G. VIELLA, Maria dos Anjos Lopes. SILVA, Roberto da. (orgs). **Trabalho infância: exercícios tensos de ser crianças: haverá espaço na agenda pedagógica?** - Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**: tradução: Dora Flaksman. 2. ed. - Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

BARBOSA, Maria Carmen Silveira. HORN, Maria da Graça Souza. **Projetos Pedagógicos na Educação Infantil**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

BARROS, Maria Isabel Amando de. **Desemparedamento da infância, a escola como lugar de encontro com a natureza**. Rio de Janeiro, julho de 2018. 2ª edição. Disponível em: https://criancaenatureza.org.br/wpcontent/uploads/2018/08/Desemparedamento_infancia.pdf Acesso em: dez. 2019.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Aqui é onde eu moro, aqui nós vivemos: escritos para conhecer, pensar e praticar o município educador sustentável**. 2 ed. Brasília: MMA, Programa Nacional de Educação Ambiental, 2005.

BROFENBRENNER, Urie. **A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados**; trad. Maria Adriana Veríssimo Veronese. - Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

BROFENBRENNER, Urie. **Bioecologia do desenvolvimento humano: tornando os seres humanos mais humanos**. Tradução: André de Carvalho Barreto; revisão técnica: Sílvia H. Koller. - Porto Alegre: Artmed, 2011.

CAPRA, Fritjof. **A visão sistêmica da vida: uma concepção unificada e suas implicações filosóficas, políticas e sociais e econômicas**. São Paulo: Cultrix, 2014. - (Coleção polêmica).

CECCONELLO, Alessandra Marques. KOLLER, Sílvia Helena. **Inserção Ecológica na Comunidade: Uma Proposta Metodológica para o Estudo de Famílias em Situação de Risco**. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 2003, 16(3), pp. 515-524. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/prc/v16n3/v16n3a10.pdf>. Acesso em: Mar. 2020.

CORSARO, William A. **Sociologia da Infância**. Porto Alegre: Artmed, 2011. 384 p.

LOPES, Jader Janer Moreira. **Geografia da Infância: onde encontramos as crianças?**. *ACTA Geográfica*, Boa Vista. Edição Especial 2017. pp. 101-118. Disponível em: <https://revista.ufr.br/actageo/article/view/4774/2417>. Acesso em: dez. 2019.

MARCHI, R.C. **Os sentidos (paradoxais) da infância nas ciências sociais: um estudo da sociologia da infância crítica sobre a “não-criança” no Brasil**. Tese de doutorado, 2007.

PELOSO, Franciele Clara. **Infâncias do e no Campo: um retrato dos estudos pedagógicos nacionais.** EDUCERE: XII Congresso Nacional de Educação. Formação de professores, complexidade e trabalho docente. PUCPR, out, 2015. Disponível em: http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/18271_7657.pdf Acesso em: dez. 2019.

RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco. **A Arte de Governar crianças:** a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. 2ª. Ed. São Paulo: Cortez, 2009.

SARMENTO, Manuel Jacinto; PINTO, Manuel. **As culturas da infância nas encruzilhadas da 2ª modernidade.** In: SARMENTO, Manuel Jacinto; CERISARA, Ana Beatriz. *Crianças e miúdos:* perspectivas sociopedagógicas da infância e educação. Porto, Portugal: Edições ASA, 2004. Disponível em: <http://peadrecuperacao.pbworks.com/w/file/fetch/104617678/Texto%20Aula%2011%20-%20Sarmiento.pdf> Acesso em: dez. 2019.

SARMENTO, Manuel. **O trabalho das crianças é na escola, debates e controvérsias sobre o trabalho infantil e a educação como trabalho.** In: ARROYO, Miguel G VIELLA, Maria dos Anjos Lopes. SILVA, Roberto da. (orgs). Trabalho infancia: exercícios tensos de ser crianças: haverá espaço na agenda pedagógica? . - Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

SILVA, Ana Paula Soares da. SILVA, Juliana Bezzon da. PASUCH, Jaqueline. **Educação Infantil do Campo.**- 1. ed. - São Paulo: Cortez, 2012. - (Coleção Docência em Formação: Educação Infantil / coordenação Selma Garrido Pimenta).

TIRIBA, Lea. Educação Infantil como direito e alegria: em busca de pedagogias ecológicas populares e libertárias. - 1 ed. Rio de Janeiro/São Paulo. Paz e Terra, 2018.

Submissão em: 18/12/2023

Aceito em: 10/03/2023

Citações e referências conforme normas da:

